

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2021

Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle sobre a informação de desvio e utilização do dinheiro do SUS para combate à pandemia com gastos no aparelhamento de órgãos militares.

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e no Art. 100, § 1º, c/c art. 60, II e com o art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Exª que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União sobre a informação de desvio e utilização do dinheiro do SUS para combate à pandemia com gastos no aparelhamento de órgãos militares.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de julho de 2021, o jornal O GLOBO¹ divulgou que o dinheiro do SUS que iria para o combate à pandemia bancou gastos militares. Estas são conclusões de um relatório encaminhado à CPI da Covid pela procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élide Graziane Pinto, que também é professora da Fundação Getulio Vargas.

Segundo a notícia, O dinheiro extra que o governo destinou para o Sistema Único de Saúde combater a emergência da Covid-19 vem sendo usado

¹ https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/dinheiro-do-sus-que-iria-para-o-combate-pandemia-bancou-gastos-militares.html?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo

para atender a gastos de rotina que nada têm a ver com a pandemia. Entre essas aplicações não relacionadas ao coronavírus estão gastos militares, que se multiplicaram por 13 de 2020 para 2021.

Élida Graziane escreveu um artigo sobre o caos nos gastos públicos em saúde durante a pandemia. Ela explica o que quis dizer quando usou a palavra "caos": "A gestão sanitária da calamidade decorrente da pandemia infelizmente não foi orientada para salvar o maior número de vidas possível. A dinâmica da execução orçamentária foi muito suscetível a capturas e desvios", afirma.

Em números: desde 2020, o governo já destinou R\$ 730 bi para gastos extraordinários no combate à pandemia. Esse dinheiro foi usado em vários tipos de despesas, do auxílio emergencial à compra de equipamentos e vacinas.

Uma parte dessa verba extra – mais exatamente R\$ 72 bilhões – deveria ir só para o SUS. Mas R\$ 140 milhões foram parar no Ministério da Defesa, sem qualquer justificativa. Pode parecer pouco, mas a pasta é a que mais recursos do SUS para gastos com outras despesas que não saúde. A segunda é a Secretaria de Aviação Civil, com R\$ 80 milhões.

E quase tudo o que foi parar na Defesa – R\$ 130 milhões – foi empenhado neste ano para irrigar 184 unidades militares que nada têm a ver com hospitais. E ainda que fossem, não seria o caso de receberem verba do SUS, uma vez que a rede de saúde das Forças Armadas não integra o sistema único, nem aceitou tratar de doentes civis da Covid-19.

O levantamento realizado por Élida Graziane mostra que recursos foram repassados prioritariamente para as comissões aeronáuticas brasileiras em Washington (R\$ 55 milhões) e na Europa (R\$ 7,8 milhões), para a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (R\$ 3,113 milhões) e para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (R\$ 1,067 milhão).

Ainda, o Ministério da Defesa também levou uma parte do dinheiro que não era destinado ao SUS, mas também deveria servir para o combate à pandemia, o chamado Orçamento de Guerra.

Segundo Élida, "esses créditos foram criados especificamente para a Covid. Quando se empenhou o dinheiro sem explicar como seria usado, abriu-se espaço para o desvio de recursos da saúde para possível aparelhamento de órgãos militares".

Assim, ante o exposto, esta Comissão, com auxílio do Tribunal de Contas da União, poderá cumprir papel de relevância na investigação sobre o desvio e utilização do dinheiro do SUS destinado ao combate à pandemia com e os gastos deste recurso com o a rotina e aparelhamento de órgãos militares, conforme gastos apontados pela Procuradora e Professora Élida Graziane. Com aprofundamento das investigações, que sejam apontados e responsabilizados os agentes públicos envolvidos pelos prejuízos causados aos cofres públicos.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2021.

Dep. Leo de Brito
PT/AC